



Relatório de Gestão Institucional

SU MÁ RIO

01 | MAPA ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ 2022/2029

02 | ATENDIMENTO À SOCIEDADE

03 | PRODUTIVIDADE

04 | RESULTADOS PARA A SOCIEDADE *OBJETIVOS ESTRATÉGICOS*

- Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público
- Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas
- Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional
- Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial
- Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social
- Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos

05 | PROCESSOS INTEGRADORES *OBJETIVOS ESTRATÉGICOS*

- Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados
- Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação

06 | PROCESSOS INTEGRADORES *OBJETIVOS ESTRATÉGICOS*

- Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários
- Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada
- Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional
- Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho
- Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras

Mensagem do PGJ

Em tempos de distanciamento social e em meio a tantas mudanças vivenciadas na rotina, o Ministério Público do Estado do Piauí conclui mais um ano com avanços na consolidação de seu papel constitucional e com a superação de desafios.

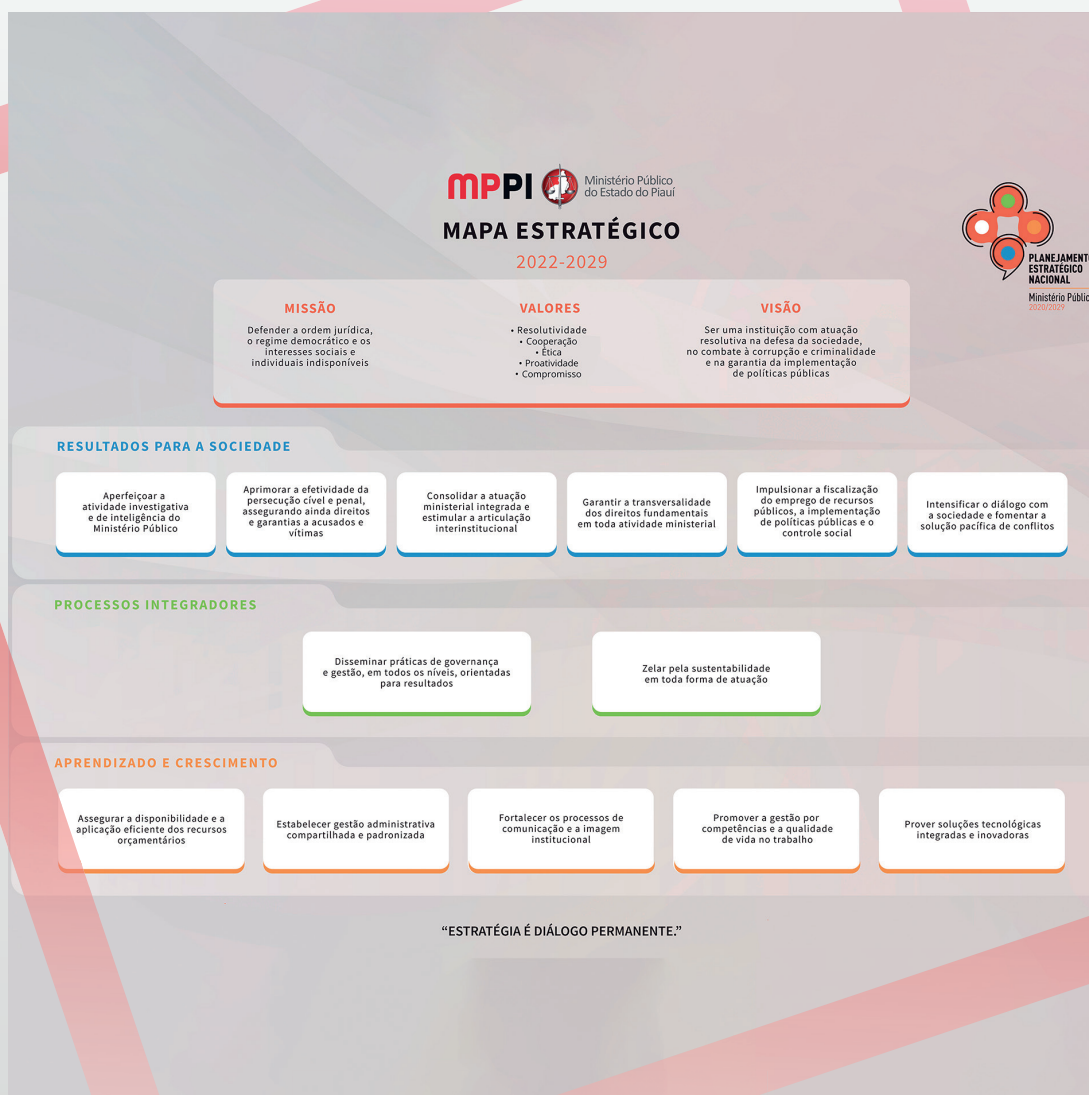
Com foco nas demandas mais urgentes, com forte liderança e enorme senso de compromisso e responsabilidade social, a Instituição avançou em firmar parcerias estratégicas, na justiça restaurativa, inovação tecnológica e na transversalidade da atuação.

O Relatório de Gestão é resultado do empenho coletivo desta Instituição em elaborar um documento com ênfase no desempenho da instituição. Baseou-se na versão atualizada do Mapa Estratégico do Estado do Piauí, o qual aderiu ao Mapa Estratégico Nacional do Ministério Público brasileiro 2020/2029, porém com valores próprios, instituídos por meio de votação realizada durante a oficina de elaboração do Plano Estratégico Institucional do MPPI – PEI /MPPI 2022/2029, a qual ocorreu em outubro de 2021.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí

MAPA ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ 2022/2029



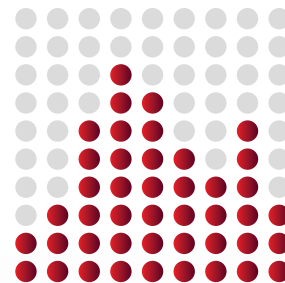
1. ATENDIMENTO À SOCIEDADE

- 613.102 movimentações em processos judiciais e procedimentos extrajudiciais, de acordo com registros do Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP).
- 26.320 atendimentos ao público realizados.

2. PRODUTIVIDADE

- 11.876 Procedimentos Instaurados
- 989 Recomendações expedidas
- 419 Ações Cíveis Públicas - ACPs ajuizadas
- 1052 Acordos de não-persecução penal (ANPP) celebrados
- 102 Acordos de não-persecução cíveis (ANPC) celebrados
- R\$ 17.536.939,59 (dezete milhões quinhentos e trinta e seis mil novecentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos) percebidos por multas/penalidades aplicadas
- 105 Termos de Ajustamento de Conduta – TACs celebrados
- 98 Notas técnico-jurídicas elaboradas

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público

Correições virtuais e presenciais temáticas sobre atuação e investigações a área da Saúde e Patrimônio Público realizadas pela Corregedoria do MPPI.

Desenvolvimento do SISMOV (Sistema de Monitoramento de Organizações Criminosas Violentas).

Ampla utilização da Plataforma “MapBiomas Alerta”, a qual consistem em uma iniciativa multi-institucional que disponibiliza imagens e relatórios de constatação de desmatamentos recentes, facilitando o acesso às informações e possibilitando a realização de vistorias sem necessidade de deslocamento físico para todos os locais;

Realização de Oficinas Regionais de Procedimentos Cíveis e Criminais, cujo objeto é a capacitação de assessores e Promotores de justiça no uso de ferramentas tecnológicas para obtenção de informações (Portal do Conveniado TCE, CENSEC, BID, PPE, INFOSEG, COAF), além de apresentação de casos práticos solucionados com estas ferramentas.

Proposição de Acordos de Cooperação entre o MPPI e outras instituições visando aquisição de 08 sistemas de inteligência e bancos de dados, quais sejam: SICAP e SINFOR (Polícia Civil); SYSPM (Polícia Militar); Licitômetro e No Rastro (MPBA); Painel de Compras e Parquet Digital e RADAR (MPRJ) e Pandora – MPPB.

- Adesão ao “Programa Brasil M.A.I.S – Meio Ambiente Integrado e Seguro”, administrado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, que possibilitará o acesso a imagens de satélites diárias, adquiridas pela constelação “PlanetScope”, composta por mais de 130 satélites, que serão fornecidas no âmbito de contrato celebrado entre a Polícia Federal e a empresa de tecnologia geoespacial e mapeamento “Santiago & Cintra Consultoria – SCCON”;

Firmado Acordo de Cooperação técnica com a Delegacia-Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí, a fim de desenvolver ferramenta de acesso e pesquisa ao sistema Sinesp PPE pelos membros do MPPI, possibilitando acesso ao Banco Nacional de Boletins de Ocorrência, bem como a consulta aos procedimentos policiais em tramitação em todos os 09 (nove) estados da federação que aderiram ao SINESP PPE robustecendo a instrução de procedimentos investigatórios instaurados, podendo, inclusive, consultar a situação de veículos e armas apreendidas.

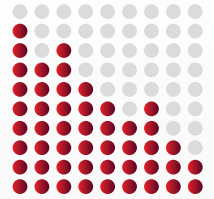
- — Operação Nacional Mata Atlântica em Pé, realizada entre os dias 20 e 30 de setembro de 2021 com os seguintes resultados: 09 municípios vistoriados in loco em quatro dias de Operação; envio de 04 relatórios de vistoria produzidos pelos órgãos e pela Coordenadoria de Perícias, acerca dos 9 alvos vistoriados; envio de 71 laudos da Plataforma MapBiomias Alerta, indicando áreas em municípios piauienses acima de 10 hectares de extensão que compõem os polígonos apontados pela Operação e encaminhamento de 08 modelos de peças para auxiliar as Promotorias de Justiça respectivas na adoção de providências para reparação dos danos ambientais causados.



PROJETOS EM EXECUÇÃO

NOME DO PROJETO	GERENTE
MPPI Sempre Presente no atendimento à mulher em situação de violência - Pró-Mulher: protocolo único de atendimento à mulher.	NUPEVID/CAOCRIM
Cadeia de Custódia do MPPI.	Cláudio Roberto Pereira Soeiro (GAECO)
Combate à lavagem de dinheiro por organizações criminosas.	Cláudio Roberto Pereira Soeiro (GAECO)

Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas



Projeto de Implantação do Plano Estadual e Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo em todo o Estado do Piauí, o qual objetiva realizar o acompanhamento da elaboração e implantação destes, tendo 107 Planos Municipais de Atendimento Socioeducativos elaborados, o que representa 47% dos Municípios Piauienses.

Desenvolvimento do SISMOV (Sistema de Monitoramento de Organizações Criminosas Violentas).

Proposição de Acordos de Cooperação entre o MPPI e outras instituições visando aquisição de 08 sistemas de inteligência e bancos de dados, quais sejam: SICAP e SINFOR (Polícia Civil); SYSPM (Polícia Militar); Licitômetro e No Rastro (MPBA); Painel de Compras e *Parquet* Digital e RADAR (MPRJ) e Pandora – MPPB.

Elaboração de um Tutorial para Visitas Técnicas às Unidades da Polícia Civil, que apresenta o fluxo procedimental apropriado para as visitas técnicas e formulários padronizados. Com base neste tutorial, foram realizadas 62 visitas técnicas nas unidades das Polícias Civil e Militar em Teresina-PI, além de 08 visitas técnicas em delegacia de polícia do interior do Estado (São João do Piauí, Barras e Parnaíba).

Atuação preventiva por meio da coleta de dados preliminares, através de todas as ferramentas disponíveis para o Membro, a exemplo do BID, CENSEC, SAGRES e Diários Oficiais.

49 Sessões de julgamentos de júri realizadas, tendo obtido 34 condenações e 06 absolvições a pedido do MP.

Efetivação e funcionamento da Delegacia da Polícia Civil de São Miguel do Tapuio.

Acordos celebrados com o Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Piauí para a realização de coleta de depoimento especial, tendo como resultado evitar a revitimização, fazendo cumprir efetivamente a Lei nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Regulamentação do funcionamento e atribuições da gerência de inteligência da Polícia Civil do Estado do Piauí (Portaria Normativa nº58/2021/PC-PI), em atendimento à Recomendação Integrada MPPI/MPF.

• Nomeação de 96 policiais civis (30 Delegados de Polícia, 41 Agentes de Polícia e 25 Peritos) aprovados no Concurso Público/Editais nº 001, 002 e 003/2018, para ingresso nos quadros da Polícia Civil, em atendimento à recomendação expedida pelo GACEP/MPPI e pelos promotores naturais.

• Criação de Procedimento Operacional Padrão -POP para reconhecimento de pessoas e coisas no âmbito da Polícia Civil do Estado do Piauí (Portaria Normativa nº 20/2021/PC-PI, expedida pelo Delegado-Geral), em atendimento a uma requisição do MPPI.

106 processos judiciais criminais arquivados definitivamente devido à execução do Projeto PericiAR+, no qual foram adotadas as providências com vistas à não realização de exames periciais desnecessários em armas, munições e acessórios apreendidos.

• Impulsionamento de 600 processos judiciais criminais pelo MPPI, após *download* de laudos periciais disponibilizados no Sistema AMPLO (banco de dados do Instituto de Criminalística), através do BID (Banco Integrado de Dados do Ministério Público).- Firmado Acordo de Cooperação Técnica com a Delegacia-Geral de Polícia Civil do Estado, a fim de reformar e estruturar uma sala da Delegacia Regional de Picos para o atendimento especializado de vítimas de violência doméstica.

PROJETOS EM EXECUÇÃO

NOME DO PROJETO	GERENTE
Sala Lilás na Delegacia de Picos	Romana Leite Vieira (8ª PJ de Picos)
Busca Ativa de Réus	Luciano Lopes Ramos Nogueira (CAOCRIM)

Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional

Instauração do Projeto “Avante REURB-S”, o qual objetiva fomentar a política pública de regularização fundiária urbana municipal de áreas informais consolidadas, assim declaradas em normas municipais e conferir segurança jurídica à posse e propriedade imobiliária urbana de áreas municipais informais consolidadas, garantindo dignidade patrimonial aos atuais possuidores/posseiros/proprietários, cujos títulos, em regra, não são regenciais quanto a origem fundiária.

Desenvolvimento do SISMOV (Sistema de Monitoramento de Organizações Criminosas Violentas).

Expedição da Nota Técnica N° 01/2021 – CAODEC/MPPI, que trata sobre o uso de máscaras por pessoas com deficiência no ambiente escolar e que unificou a atuação dos Órgãos de Execução acerca da temática, inclusive com a expedição de recomendações pelas Promotorias de Justiça.

Realização de encontros presenciais e *on-line* com os órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, buscando a definição de estratégias, continuidade de serviços, efetiva implantação de projetos e campanhas voltados à população infanto-juvenil.

Desenvolvimento do Procon BI: O painel “Rede Procon” instrumentaliza a atuação harmônica prevista no Ato PGJ n° 04/2020, que criou a Rede de Promotorias de Defesa do Consumidor no MPPI.

Participação em reunião do Conselho Estadual de Educação, que culminou em esclarecimentos e melhor delineamento do planejamento pedagógico e administrativo para a retomada das atividades presenciais.

Proposição de Acordos de Cooperação entre o MPPI e outras instituições visando aquisição de 08 sistemas de inteligência e bancos de dados, quais sejam: SICAP e SINFOR (Polícia Civil); SYSPM (Polícia Militar); Licitômetro e No Rastro (MPBA); Painel de Compras e *Parquet* Digital e RADAR (MPRJ) e Pandora – MPPB.

Expedição de Roteiro de Atuação, realização de reunião conjunta com o Tribunal de Contas Estadual, a APPM e a UNDIME e expedição da Nota Técnica N° 02/2021 – CAODEC/MPPI, que consolidou o entendimento e unificou a atuação dos Órgãos de Execução acerca do plano de retomada das atividades escolares presenciais.

Realização de parceria com a Secretaria de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência para articulação do Censo das Pessoas com Deficiência no Estado do Piauí.

Realização de reuniões interinstitucionais para tratar da priorização do setor educacional no contexto da pandemia da Covid-19 e da manutenção do processo do plano de retomada das aulas presenciais no Piauí, com participação da DIVISA, SESAPI, SINPRO, SINEPE, CEE e Movimento volta às aulas.

Reunião de Trabalho entre MPPI, CEE e TCE acerca de dados e orientações sobre o cumprimento dos calendários escolares dos anos de 2020 e 2021, que culminou na instauração de procedimentos administrativos e expedição de recomendações pelos Órgãos de Execução.

Assinatura do Termo de Cooperação, em 16 de junho de 2021, firmado entre MPPI e TCE, a fim de fortalecer o trabalho em prol das políticas públicas da Educação no Estado.

Participação no I Encontro Nacional dos Promotores de Justiça da Educação, em 24 de junho de 2021, sobre o tema “Busca ativa, evasão escolar e o agravo na pandemia – Como o Ministério Público pode co – laborar?” com 1.550 visualizações no canal do YouTube do Ministério Público de Alagoas até as 09h30 de 17/12/2021.

Acordos com as gestões dos Municípios de Cristalândia, Sebastião Barros, Corrente e Novo Santo Antônio acerca do retorno presencial das aulas nestes Municípios.

SCFV e o serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas em todos os municípios do Estado do Piauí

Protocolo de intenções celebrado entre a Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Piauí (SRPRF-PI) e o MPPI visando a cooperação recíproca para o intercâmbio de conhecimentos, informações, dados, tecnologia e capacitação, a fim de incrementar as ações atinentes à segurança pública e viária no estado do Piauí, tendo como resultado a parceria nas investigações e operações do GAECO/MPPI.

Execução e Acompanhamento do Projeto MPPI Sempre Presente na Garantia do SUAS que visa garantir a estruturação, conforme a legislação vigente no País, dos equipamentos e da proteção social básica e especial, de média complexidade, no Estado do Piauí, destacando-se: o funcionamento dos centros de referência de assistência social – CRAS e dos centros de referência especializados de assistência social – CREAS e garantir os serviços de proteção social básica, sobretudo: o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos

Termo de Adesão do MPPI ao Acordo de Cooperação Técnica nº 08/2021/DG, celebrado entre a Polícia Rodoviária Federal e o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, tendo como objeto a cooperação recíproca em áreas de interesse e competência das partes, a conjugação de esforços por meio do intercâmbio de conhecimento, informações e outras ações, com a finalidade de fortalecer a cooperação e a integração entre as instituições, através do desenvolvimento e da inovação em segurança pública.

- Execução do Projeto MPPI SEMPRE PRESENTE NO DIREITO À ASSISTÊNCIA HOSPITALAR: “Integração pela defesa da vida”, o qual resultou em: implantação de 181 novos leitos de UTI adulto COVID-19, 04 leitos de UTI pediátricos COVID-19, 204 leitos clínicos adultos, 18 leitos clínicos pediátricos, 04 leitos de suporte ventilatório e 07 leitos de estabilização em todo o Estado; conclusão de reformas na estrutura física dos Hospitais Regionais de Piripiri e Floriano; realização de inspeções virtuais nos serviços de saúde (UBS, HOSPITAIS, ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICAS, CAPS), em parceria com os Conselhos de Classe (CRM, CREFITO, COREN, CRF), Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado e respectivos órgãos da rede de saúde municipais e estaduais.
- Capacitação de 24 membros acerca da temática “Estratégias e Segredos do Tribunal do Júri”.
- Recomendação integrada nº 01/2021, do GACEP com a 6ª Promotoria de Justiça de Picos, a qual viabilizou o adequado funcionamento da Central de Flagrantes de Picos/PI, com o fornecimento de equipamentos de informática, mobília, viaturas, bem como lotação de pessoal em quantidade adequada para seu regular funcionamento.
- Recomendação integrada N° 02/2021, do GACEP e com a Promotoria de Justiça de Buriti dos Lopes, a qual removeu o Delegado de Polícia Civil da Delegacia de Polícia Civil de Buriti dos Lopes e designou e lotou outro Delegado de Polícia para atuar na referida unidade policial e lotado, que exerça a função policial com probidade, discricionariedade, moderação e respeito, observando os deveres institucionais da Polícia Civil, tais como os de zelar pela dignidade da função policial civil e manter conduta pública e privada compatível com a dignidade da função.
- Realização de reuniões diversas com os órgãos afetos à atuação ambiental, tais como Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado–FETAG-PI, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis–IBAMA, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos–SEMAR-PI, Corpo de Bombeiros Militar do Estado, Batalhão de Policiamento Ambiental do Piauí, Guarda Municipal Ambiental de Teresina-PI, Secretaria Municipal do Meio Ambiente–SEMAM-Teresina, Fundação Nacional de Saúde–FUNASA, Rede Ambiental do Piauí–REAPI, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais–INPE, Fundação SOS Mata Atlântica, Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente – ABRAMPA, Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – ANMMA, ONG WWF (World Wide Fund for Nature), Ministério Público do Estado da Paraíba e do Mato Grosso do Sul, Fundação Velho Monge, UESPI, UFPI, entre outros, a fim de traçar estratégias e cronogramas de atuação sobre temas diversos, especialmente acerca dos temas de Queimadas e Incêndios Florestais e desmatamento.
- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com o TCE-PI, SEMAR-PI e Governo do Estado do Piauí para a atuação integrada acerca do tema da destinação final de resíduos sólidos.

PROJETOS EM EXECUÇÃO

NOME DO PROJETO	GERENTE
Programa Infância e Juventude Protegida	Joselisse Nunes de Carvalho Costa (CAODIJ)
MPPI Sempre Presente no fomento aos Fundos Municipais da Infância e da Adolescência - FIAs: compromisso com o futuro de crianças e adolescentes	Joselisse Nunes de Carvalho Costa (CAODIJ)
Leitura, Biblioteca, Ação: Amor Pela Leitura Como Caminho Para Transformação Pessoal	Itanieli Rotondo Sá/ Leonardo Fonseca Rodrigues 2ª PJ de Picos
Promotoria de Justiça Itinerante: "Ações Cidadãs mais perto de você"	Jorge Luiz da Costa Pessoa (São João do Piauí)
Rede Longevidade	Flávia Gomes Cordeiro (CAODEC)
Amigos do Pelotão: amor em ação	Itanieli Rotondo Sá (2ª PJ de Picos)
Projeto Acolher: capacitação em escuta especializada	Joselisse Nunes de Carvalho Costa (CAODIJ)
Sala Lilás na Delegacia de Picos	Romana Leite Vieira (8ª PJ de Picos)
Avante REURB-S	Juliana Martins Carneiro Noletto GERCOG)
Projeto ACOLHE (DOR)	Luísa Cynobellina Assunção Lacerda Andrade (5ª PJ de Teresina)
Projeto "NOVA LEI DE LICITAÇÕES: MP DE MÃOS DADAS COM O GESTOR"	Cleandro Alves de Moura (PGJ)
Projeto MPPI Presente na Garantia do Direito à Assistência Farmacêutica	Karla Daniela Furtado Maia Carvalho (CAODS)
MPPI Sempre Presente para ouvir o cidadão - voz aticava: Criação e Aprimoramento de Ouvidorias Municipais	Teresinha de Jesus Moura Borges Campos (Ouvidoria)
Projeto Ouvidoria Itinerante do MPPI	Teresinha de Jesus Moura Borges Campos (Ouvidoria)

Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial

Ministrado o Curso “Conhecer para Proteger: capacitação para conselheiros tutelares na modalidade EAD”, o qual teve 441 inscrições, o que possibilitou a capacitação contínua de Conselheiros Tutelares de 100% dos Municípios piauienses. Também foram disponibilizados mais de 2000 (dois mil) exemplares do Manual de Atuação do Conselho Tutelar.

Articulação para implantação do Sistema Nacional de Acolhimento e Adoção.

Execução do projeto “MPPI sempre presente na regularização dos Fundos para a Infância e Adolescência – FIA, com os seguintes resultados: 224 Municípios piauienses tiveram acesso ao *E-book* Cartilha de Orientação aos Municípios para Implantação do FIA; lançamento da Campanha “Acreditar, doar e gerar oportunidades” (com 2175 visualizações no YouTube e 5889 pessoas alcançadas no Instagram); realização de 03 Oficinas Virtuais de Implantação e Regularização dos Fundos da Infância e Adolescência, com mais de 2.000 (duas mil) visualizações no *YouTube*; 85 (oitenta e cinco) fundos da infância realizaram o cadastramento/recadastramento junto ao Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos; 24 fundos municipais regulares no imposto de renda 2020/2021, o que possibilitou a captação de 488.808,90 (quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oito reais e noventa centavos) para os fundos piauienses (Estado e Municípios); 64 Procedimentos Administrativos instaurados pelas Promotorias para acompanhar a regularização do FIA.

Lançamento do Programa Infância e Juventude Protegida – que tem por objeto fomentar o acompanhamento pelas Promotorias de Justiça da implementação da escuta especializada nos municípios piauienses.

Encaminhamento de 24 coletas de material biológico para realização dos exames de investigação de paternidade ao Laboratório Central de Saúde Pública do Piauí.

Adesão ao Pacto Nacional pela Primeira Infância.



Participação da Operação Nacional “Mata Atlântica em Pé”.

Regulamentação as atribuições da Delegacia de Segurança e Proteção ao Idoso – DSPI (Portaria Normativa nº061/2021/PI-PI), pela Delegacia-Geral da Polícia Civil do Piauí, determinando que o atendimento inicial da pessoa idosa deverá ser feito de imediato em qualquer Unidade Policial, onde o(a) Delegado(a) de Polícia impulsionará as investigações ou, entendendo não ser sua atribuição, encaminhará as peças já produzidas para a Unidade Policial responsável para investigação dos fatos, em atendimento à requisição do MPPI.

Instituição da Política de Justiça Restaurativa e Tratamento Adequado de Conflitos, reestruturando o Núcleo de Práticas Autocompositivas e Restaurativas – NUPAR.

Criação da Casa da Cidadania, no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí, com o objetivo de acolher, orientar e prestar auxílio psicológico, jurídico e assistencial à sociedade, em especial às vítimas de crimes, visando a transformação social e a fomentação de políticas públicas. Ela é integrada pelos seguintes órgãos do MPPI:

I) Núcleo de Práticas Autocompositivas e Restaurativas – NUPAR;

II) Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crime – NAVI;

III) 5ª e 10ª Promotorias de Justiça de Teresina, integrantes do Núcleo da Violência Doméstica e Familiar de Teresina – NUPEVID;

IV) 21ª e 45ª Promotorias de Justiça de Teresina, integrantes do Núcleo da Infância e da Juventude de Teresina;

V) 47ª Promotoria de Justiça de Teresina, com atribuição para atuar nos feitos em que são vítimas crianças e adolescentes, inclusive nos crimes do art. 217-A do Código Penal ocorridos no ambiente intrafamiliar, nos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e nos crimes sexuais em que figure como vítimas crianças e adolescentes, em que essa condição seja determinante para a configuração do tipo.

Execução do Projeto “Compartilhando Compromissos em Rede” na cidade de Picos, que teve como resultados: a elaboração de um fluxograma de atendimento para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual; elaboração de uma cartilha, de um vídeo explicativo e lançamento do projeto no *Youtube* para divulgação do fluxograma entre os órgãos de proteção e sociedade; capacitação dos agentes que compõe os órgãos de porta de entrada da região de Picos, a fim de que possam realizar a escuta especializada respeitando a dignidade da criança ou adolescente.

PROJETOS EM EXECUÇÃO

NOME DO PROJETO	GERENTE
MPPI Sempre Presente para construção da Política de Justiça Restaurativa e Tratamento Adequado de Conflitos - NUPAR: Construir a Paz	Cleandro Alves de Moura (PGJ)
MPPI Sempre presente na garantia do SUAS - Assistência social: garantia de dignidade e cuidado	Flávia Gomes Cordeiro (CAODEC)
Projeto Educação, Presente!	Flávia Gomes Cordeiro (CAODEC)
Compartilhando compromissos em Rede	Romana Leite Vieira (8ª PJ DE PICOS)
Projeto Caravana: Na Escola cabem todos	Flávia Gomes Cordeiro (CAODEC)

Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social

Início da implantação do aplicativo “CONFÚCIO”, destinado a avaliar portais de transparência dos entes e órgãos públicos municipais e estaduais.

● Implantação de políticas públicas que priorizem crianças e adolescentes, tais como a elaboração e implantação dos Fundos Municipais da Infância e Adolescência, a capacitação acerca da Escuta Especializada e implantação do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), criado para subsidiar decisões governamentais nas políticas para crianças e adolescentes, garantindo-lhes acesso à cidadania.

● Proposição de Acordos de Cooperação entre o MPPI e outras instituições visando aquisição de 08 sistemas de inteligência e bancos de dados, quais sejam: SICAP e SINFOR (Polícia Civil); SYSPM (Polícia Militar); Licitômetro e No Rastro (MPBA); Painel de Compras e *Parquet* Digital e RADAR (MPRJ) e Pandora – MPPB.

Firmado Termo de Cooperação com o TCE, a fim de fortalecer o trabalho em prol das políticas públicas da Educação no Estado.

Reunião com representantes da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Piauí – UNDIME, sobre a retomada das atividades escolares presenciais que culminou em realização de palestra para os dirigentes municipais de educação, a fim de orientá-los e apresentar estratégias para a retomada segura, que teve 2.723 visualizações no YouTube.

Participação e palestra na abertura na 14ª Conferência Estadual da Assistência Social do Piauí que teve 2.088 visualizações, até as 10h05 de 17/12/2021, no canal do YouTube da SASC/PI.

Participação periódica do CAODEC/MPPPI nas reuniões do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONEDE/PI.

340 ações de fiscalização realizadas pelo PROCON, além de 07 ações de apoio à fiscalização pela Rede de Promotorias de Justiça que atuam na defesa do consumidor.

Atuação preventiva no combate às organizações criminosas não violentas, possibilitada através de estímulo à busca de publicações de extratos de contratações em Diários Oficiais, com estabelecimento de balizas para saber se a avença foi direcionada, com empresas ou pessoas com aparente incapacidade operacional.

Realização de 22 inspeções virtuais nos serviços de saúde (UBS, HOSPITAIS, ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICAS, CAPS), em parceria com os Conselhos de Classe (CRM, CREFITO, COREN, CRF), Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado e respectivos órgãos da rede de saúde municipais e estaduais.

Visitas técnicas a lixões e aterros em 12 municípios piauienses (Teresina-PI, Altos-PI, José de Freitas-PI, União-PI, Monsenhor Gil-PI, Demerval Lobão-PI, São Raimundo Nonato-PI, Prata do Piauí, Lagoa do Piauí, Água Branca-PI, Buriti dos Lopes-PI e Barro Duro-PI), a fim de verificar *in loco* e com maior exatidão as condições atuais da destinação final de resíduos sólidos no Estado, bem como aferir na prática se as informações contidas em documentos oficiais apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado – TCE-PI, compiladas no livro “Diagnóstico da limpeza pública dos municípios”, condiziam com as realidades encontradas nos locais.

Inspeções *in loco* a pontos do Rio Poti em conjunto com representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação-SEMDUH e com o Consórcio Teresina Ambiental-TCA, para averiguar e fiscalizar o cumprimento do acordo judicial sobre adoção imediata de medidas contra a proliferação de aguapés no rio.

Estreitamento das atuações junto ao TCE-PI, obtendo decisão unânime deste sobre a regularização do Fundo Estadual de Aparelhamento e Modernização do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí (FUNAP/CBME-PI), bem como decisão acerca da destinação e aplicação das taxas e multas do Corpo de Bombeiros Militar, em consonância com o art. 3º da Lei Estadual nº 5.906/2009.

Participação em audiência pública realizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí – ALEPI, em 13/10/2021, sobre a elaboração do Plano Estadual de Prevenção e Combate a Queimadas, ocasião em que o MPPI exibiu vídeo com imagens de queimadas registradas no Piauí nos meses de setembro e outubro do corrente ano, exemplificando a extensão dos prejuízos causados, a fim de impulsionar a implementação de políticas públicas sobre essa recorrente problemática.

- O Ministério Público, em ação conjunta entre GACEP, CAOMA, 48ª e 56ª Promotorias de Justiça de Teresina, em articulação com o TCE/PI, conseguiu o bloqueio imediato do montante de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) das contas do Estado do Piauí, referente à reserva técnica de recursos financeiros do FUNAP/CBME-PI, para o enfrentamento da crise de incêndios no interior do Estado.
- Realização de reunião e estreitamento de tratativas com a FUNASA, para discutir sobre os valores recebidos pelos municípios através de Convênio com o órgão, bem como aferir em que fases se encontram os referidos convênios firmados com cada município, fiscalizando-se o recebimento dos recursos a serem aplicados na destinação final de resíduos sólidos e em saneamento básico.
- Atuação integrada do MPPI com o TCE-PI para funcionamento e operacionalização do Fundo de Modernização do Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Piauí, no valor de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais).
- Atuação Integrada do MPPI, MPF e TCE na fiscalização da execução do Fundo Estadual Segurança Pública, referentes aos exercícios de 2019 e 2020, e transferidos na modalidade fundo a fundo, bem como a sua devida execução em consonância com o Plano Estadual de Segurança Pública. O montante total recebido pelo Estado do Piauí neste período foi de R\$54.584.152,00 (cinquenta e quatro milhões quinhentos e oitenta e quatro mil e cento e cinquenta e dois reais).

PROJETOS EM EXECUÇÃO

NOME DO PROJETO	GERENTE
MPPI Sempre Presente na transparência das receitas e despesas públicas - Portais da Transparência: eficiência na Administração Pública	CACOP
MPPI Sempre Presente na garantia do SUAS - Assistência Social: garantia de dignidade e cuidado	CAODEC
MPPI Sempre Presente na Defesa da Segurança Pública - Polícia estruturada: cidadão protegido	GACEP

Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos

Instituição da Política de Justiça Restaurativa e Tratamento Adequado de Conflitos, reestruturando o Núcleo de Práticas Autocompositivas e Restaurativas – NUPAR, o qual funciona na Casa da Cidadania, a qual foi criada com o objetivo de acolher, orientar e prestar auxílio psicológico, jurídico e assistencial à sociedade, em especial às vítimas de crimes, visando a transformação social e a fomentação de políticas públicas.

Infância e Adolescência: realização de reuniões com os órgãos que compõe a Rede, estadual e municipais, a fim de tratar acerca da atuação em prol de crianças e adolescentes, bem como promoção de capacitações online, as quais beneficiaram mais de 5.000 (cinco mil) profissionais, com uniformização no desenvolvimento das atividades, bem como priorização da atuação extrajudicial, evitando a judicialização precoce.

Realização de audiência pública virtual sobre a prioridade da educação no contexto da Pandemia da COVID – 19, que culminou na publicação do Decreto N° 19.555 de 30 de março de 2021, que torna a educação como serviço público essencial no Estado do Piauí.

Realização da campanha “Nós Cuidamos uns dos Outros” sobre a temática do retorno às atividades escolares presenciais, a fim de fomentar o retorno às atividades escolares presenciais em todas as redes de ensino.

Realização da campanha “Junho Violeta – Vamos viver tudo o que há para viver” em alusão ao mês de conscientização ao enfrentamento à violência contra a pessoa idosa.

Realização da campanha “O Direito de Aprender Permanece”, com objetivo de fomentar a sociedade e as instituições de ensino, a manterem e resgatarem crianças e adolescentes que evadiram ou estavam na iminência de evadir da escola no contexto da pandemia da COVID-19, por meio do envolvimento da família, comunidade escolar, secretarias de educação e assistência social, CRAS, CREAS, conselhos de municipais de direito e conselhos tutelares. A campanha abrangeu 16 Municípios e 53 escolas da região de Picos e 1.401 visualizações nas redes sociais.

Realização de audiência pública virtual sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva e no contexto da pandemia da COVID – 19, que resultou no encaminhamento das demandas e adoção das medidas cabíveis no âmbito da 38ª Promotoria de Justiça de Teresina com a instauração de procedimentos e expedição de recomendações administrativas.

Participação na webconferência “Undime em ação – na sua casa” para a explanação da Nota Técnica N° 02/2021 – CAODEC/MPPI, que consolidou o entendimento e unificou a atuação dos Órgãos de Execução acerca do plano de retomada das atividades escolares presenciais, com 2.726 visualizações no canal do YouTube da Undime PI.

Participação em audiência pública virtual na Câmara dos Deputados sobre a efetividade do direito à educação especial inclusiva na pandemia da COVID – 19.

Participação e palestra no Seminário de Educação Pública, promovido pela UNDIME, o qual teve a participação dos dirigentes municipais de todas as cidades do Piauí.

Realização de palestras e participação em eventos relacionados à essencialidade do direito à educação, sobretudo no contexto da pandemia da COVID – 19, assim como o retorno das atividades escolares presenciais.

Realização de 02 ações do Procon Itinerante, que facilitou o acesso à justiça para solução de conflitos extrajudiciais entre consumidores e fornecedores.

Realização de 78 audiências para articulação com os órgãos da rede de saúde envolvidos (Gestores de Saúde, órgãos de controle, conselhos de classe), gerando oportunidade para resolução extrajudicial de demandas.

Reativação e maior divulgação do Projeto “Linha Verde”, que consiste em um canal direto entre a sociedade civil e o Ministério Público, em especial com o CAOMA e com a 24ª Promotoria de Teresina, para receber denúncias acerca dos ilícitos ambientais. O Projeto passou a ser amplamente difundido no site oficial do MPPI, nas redes sociais, como Instagram, e também por meio de cartazes físicos distribuídos.

Realização on-line do “II Webinar Queimadas e Incêndios Florestais: Prevenção e Combate”, objetivando orientar os chamados “multiplicadores” (profissionais das áreas de educação, saúde, segurança pública, entre outros), além de agricultores e produtores rurais, contando com 237 visualizações.

Realização *in loco* de cerca de 14 Seminários e palestras sobre o tema de Prevenção e Combate a Queimadas e Incêndios Florestais, nas Promotorias de Justiça de Buriti dos Lopes, Pio IX, Fronteiras, Valença, Floriano, Corrente, Guadalupe, dois eventos em São Raimundo Nonato, Povoado Cacimba Velha (Teresina), Barro Duro, Bom Princípio do Piauí, Jerumenha e União, com público-alvo de crianças e adolescentes nas escolas, bem como sindicatos e associações de trabalhadores rurais e agricultores.

Realização de Eventos on-line, em alusão ao Dia do Meio Ambiente, consistindo na I Jornada Ambiental, com a palestra “Saneamento Básico: inovações e desafios para o Ministério Público”, contando com 197 visualizações no canal do Youtube do MPPI; e com a palestra “Aspectos práticos da regularização fundiária urbana”, com 175 visualizações no canal do Youtube do MPPI. Ademais, foram elaborados roteiros de atuação e lançadas cartilhas sobre as referidas temáticas.

Maior utilização das redes sociais do MPPI para divulgar informações relevantes e suscitar discussões na temática ambiental, tais como elaboração e divulgação de *cards* explicativos em comemoração ao Dia Nacional do Patrimônio Histórico e de *cards* explicativos em comemoração aos 40 anos da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, grandes marcos para a seara ambiental e pouco conhecidos pela sociedade; além da promoção de campanha “Abril Laranja”, para conscientização da população acerca da importância do combate aos maus-tratos contra todos os animais, amplamente divulgada nas redes sociais oficiais.

Elaboração e distribuição de 4.000 cartilhas educativas sobre o tema de Queimadas e Incêndios Florestais, a serem destinadas a crianças e adolescentes de escolas públicas piauienses, a fim de disseminar a conscientização e a educação ambiental.

Elaboração da 2ª edição do Manual de Atuação Ministerial sobre Queimadas e Incêndios Florestais, com 228 páginas, contendo compilação de doutrina, jurisprudência, legislação pertinente e modelos de atuação aos Promotores de Justiça.

Elaboração de cerca de 2.000 cartazes físicos sobre Prevenção e Combate a Queimadas e Incêndios Florestais, distribuídos em órgãos públicos e lugares de maior circulação do público-alvo da campanha educativa, tais como prédios das Promotorias de Justiça, fóruns, prefeituras, Secretarias de Meio Ambiente, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Conselhos Tutelares, Delegacias de polícia e igrejas-matrizes. Ademais, foram elaborados materiais em mídias digitais diversas (*spot* em áudio, vídeo e *banner* eletrônico) para serem divulgados nos meios de comunicação correspondentes.

Atuação na implementação de medidas de prevenção e mitigação aos efeitos das enchentes nos primeiros semestres de 2020 e 2021, com elaboração de roteiros de atuação, a fim de evitar situações caóticas de inundação e alagamento de residências durante a pandemia da COVID-19. Esta atuação atingiu 20 municípios do Estado com impacto de 554.180 (quinhentos e cinquenta e quatro mil e cento e oitenta) pessoas que residem nesses municípios.

Participação em diversas audiências públicas, que possibilitam a discussão com a sociedade civil e os órgãos públicos, acerca de temáticas ambientais, tais como: com a Superintendência de Parcerias e Concessões – SUPARC, acerca do Parque Zoológico de Teresina; com a ALEPI, para tratar sobre a transferência de animais do zoológico para santuários; sobre a elaboração do Plano Estadual de Prevenção e Combate a Queimadas; sobre os alagamentos e enchentes no Residencial Torquato Neto, causado pelas chuvas torrenciais em Teresina-PI e sobre o tema da Regularização Fundiária em Cajueiro da Praia-PI; entre outras.

Participação em mesa redonda para debater acerca de políticas públicas e direito ambiental no Piauí, no “1º Colóquio Internacional de Políticas Públicas e Direito Ambiental”, que contou com a presença de pesquisadores universitários do Brasil e do Chile, promovido na modalidade virtual pelo IFPI, em parceria com UFPI, TRE-PI, SEMAR-PI, OAB-PI e UESPI.

Proferimento de palestra acerca da Temática “Atuação do Ministério Público na tutela do meio ambiente”, em formato on-line, no evento XII Semana do Meio Ambiente do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA.

PROJETOS EM EXECUÇÃO

NOME DO PROJETO	GERENTE
Programa Reeducar: O Homem no enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Maria do Amparo de Sousa (10ª PJ de Teresina)
MPPI Sempre Presente para construção da Política de Justiça Restaurativa e Tratamento Adequado de Conflitos - NUPAR: Construir a Paz	PGJ
MPPI Sempre Presente na prevenção e combate às queimadas e incêndios florestais - Corta-Fogo	CAOMA
MPPI Sempre Presente na fiscalização da qualidade do combustível - Combustível legal, consumidor satisfeito	PROCON
Promotoria de Justiça Itinerante: "Ações Cidadãs mais perto de você"	Jorge Luiz da Costa Pessoa (São João do Piauí)
Amigos do Pelotão: amor em ação	Itanieli Rotondo Sá (2ª PJ de Picos)
Projeto Goleada da Paz	Maria Das Graças Do Monte Teixeira (32ª PJ de Teresina)
Sala Lilás na Delegacia de Picos	Romana Leite Vieira (8ª PJ de Picos)
MPPI Sempre Presente para ouvir o cidadão - Voz Ativa: Criação e Aprimoramento de Ouvidorias Municipais	Teresinha de Jesus Moura Borges Campos (Ouvidoria)

PROCESSOS INTEGRADORES

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados





- Utilização da ferramenta *Teams* e *Planner* obtendo comunicação eficiente e efetiva, organização de arquivos e das atividades desempenhadas pela equipe e realização de reuniões programadas com os fiscais de contratos e unidades requisitantes para alinhamento das ações de compras e fiscalização e execução de contratos ao longo do ano, evitando 99% da descontinuidade dos contratos.
- Criação do Café Filosófico na Coordenadoria de Licitações e Contratos, onde são realizados encontros quinzenalmente para alinhamento das ações da equipe de forma a evitar a solução de continuidade em contratos e mantendo o equilíbrio mental entre a equipe.
- 100% do orçamento executado devido ao planejamento de compras e contratações (plano anual de contratações) e à conciliação dos restos a pagar para eficácia da execução orçamentária (durante todo o exercício).
- Reconstrução da página da CLC, melhorando a comunicação entre os clientes, orientando-os sobre os editais, contratos, atas e aditivos publicados no site institucional.
- Melhoria na fiscalização dos contratos deste *Parquet*, através de realização de treinamento dos fiscais com temas sugeridos pelos próprios.
- Mapeamento de processos, construção de Procedimentos Operacionais Padrões – POPs da Coordenadoria de Licitações e Contratos – CLC, da Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos - CPPT e inserção na base de conhecimento do SEI e no site institucional, resultando em melhorias na instrução dos procedimentos de contratação.
- Regulamentação das atividades da área de Medicina e compilação de documentos de outros MPs para discussão e formação de grupo de trabalho na CPPT.
- Designada Comissão de estudo e apresentação de eventual proposta de alteração dos Atos PGJ/PI nº 930 e 931/2019 (Portaria PGJ/PI nº 562/2021), que tratam da regulamentação das Secretarias Unificadas.
- Elaboração e publicação do Manual de Mapeamento e Melhoria de Processos do MPPI.
- Elaboração de plano de ação para implantação de modelo de secretarias unificadas em Barro Duro, Manoel Emídio, São Raimundo Nonato e Grupos de Apoio (GACEP, GAEJ e GERCOG).
- Atualização do Ato PGJ/PI nº 823/2018, que que regulamenta as atribuições do Diretor de Sede de órgãos de execução do MPPI, através da publicação do Ato PGJ/PI nº 1.119/2021.

Mapeamento de 119 de 141 tipos de procedimentos administrativos constantes do cronograma para implantação da base de conhecimento do SEI-MPPI, o equivalente a 84%, culminando na elaboração dos procedimentos operacionais padrão e fluxogramas dos tipos de processos constantes do cronograma para implantação da base de conhecimento do SEI-MPPI.

Realização de controle de prazo e qualidade da entrega dos materiais e da prestação dos serviços administrativos de forma a mitigar os possíveis riscos na execução dos objetivos institucionais.

Realização de controle de processos e um relatório mensal dos pagamentos realizados pelo MPPI, que são publicados mensalmente no site institucional, a fim de dar maior transparência das contratações.

Elaboração de cartilhas e tutoriais acerca de diárias.

Cumprimento de Obrigações Acessórias referentes às Prestações de Contas e Declarações para a Receita Federal do Brasil, TCE/PI e SICONFI.

Realização de pesquisa de satisfação de qualidade da Coordenadoria de Apoio Administrativo para avaliar o grau de satisfação de membros e servidores com a prestação dos serviços do setor, de forma a melhorar a prestação dos serviços.

Elaboração do Informativo CCF Mensal - Relatório que demonstra a evolução da execução Contábil, Orçamentária e Financeira das Unidades Gestoras do MPPI.

Controle Financeiros diário por meio de conciliações bancárias e planilhas, com objetivo e identificar todas as entradas e saídas de recursos.

Realização de treinamento com as Coordenadoria de Apoio Administrativo, Coordenadoria de Contabilidade e Finanças e com a Controladoria Interna sobre a utilização do Suprimento de Fundos, de forma a racionalizar, otimizar e modernizar a gestão pública.

Aquisição de licença referente à Gestão Tributária, importante ferramenta que auxilia a Coordenadoria de Contabilidade e Finanças sobre as mudanças na legislação tributária, no âmbito Municipal, Estadual e Federal.

Realização de trabalho conjunto da área-meio para o desenvolvimento de projetos como painéis BI, Centro de Custos Administrativos, e geração de boletos bancárias de cobranças.

PROJETOS EM EXECUÇÃO

NOME DO PROJETO	GERENTE
Projeto “Elaboração do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Piauí 2021/2029”	Maurício Gomes de Souza (APG)

Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação

- Aquisição de Bibliotecas Virtuais.
- Disponibilização de capacitações e certificações virtuais pelo CEAF.
- Elaboração de materias gráficos digitais (*cards e banners digitais*) e publicação por e-mail e redes sociais.
- Realização do evento “I Jornada Ambiental” e Webinar “Queimadas e Incêndios Florestais: prevenção e combate”, os quais foram realizados virtualmente.
- Apoio à realização de digitalização e virtulização de procedimentos administrativos e extrajudiciais físicos, com fomento à utilização de sistemas para manuseio destes procedimentos, a exemplo da publicação do Ato PGJ/PI nº 1058/2021, que implanta o uso obrigatório do sistema SEI-MPPI para os Procedimentos de Gestão Administrativa - PGEAs eletrônicos no MPPI.
- Gerenciamento das atividades que envolvem a segurança institucional do órgão, como: designação de policiais militares para acompanhamento de membros e servidores quando atuarem em situações de risco (júri, visitas a estabelecimentos prisionais e eventos itinerantes), provendo segurança de rotina e aproximada para que os membros do MPPI possam desempenhar com afinco sua função.
- Aquisição de bebedouros e distribuição de lixeiras de coletas seletivas.
- Tratativas para contratação de empresa para elaboração do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.
- Elaboração de um projeto piloto para eficiência energética, em parceria com a FADEX/UFPI, visando instalação de placas de energia solar e criação de aplicativos para monitoramento da energia para a Sede própria do MPPI.

Publicação de matérias jornalísticas e *cards* sobre a atuação do MPPI na defesa do meio ambiente.

Desenvolvimento de campanhas sobre meio ambiente, tais como: 40 anos da Política Nacional do Meio Ambiente, Corta-Fogo, Linha Verde, Dia Nacional do Patrimônio Histórico, Dia da Amazônia, Dia da Árvore e Dia do Rio.

Controle diários dos recursos financeiros disponíveis.

Redução de Materiais de Consumo, como toner para impressora, papel, marca textos, canetas, água mineral, envelopes e pilhas.

PROJETOS EM EXECUÇÃO

NOME DO PROJETO	GERENTE
MPPI Sempre Presente na prevenção e combate às queimadas e incêndios florestais- Corta-Fogo	Aurea Emilia Bezerra Madruga (CAOMA)
Promotoria Segura	Glecio Paulino Setubal da C. E. Silva (GSI)
Agrotóxico Legal	Aurea Emilia Bezerra Madruga (CAOMA)
Mp Sustentável + Consciência – Lixo	Marcílio De Oliveira Silva/ Aurea Emilia Bezerra Madruga (CAA/ CAOMA)

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários

Realização de *POC (Proof of Concept)* ou prova de conceito, a fim de verificar o efetivo atendimento das soluções tecnológicas antes de adquirí-las.

Aquisições relativas às soluções e equipamentos de Tecnologia da Informação alinhadas ao planejamento e orçamento.

Disponibilização dos seguintes treinamentos: curso “Orçamento Público”; palestra “Nova Lei de Licitações: aspectos cíveis, criminais e administrativos”; oficina “Análise de Relatórios e Extração de Informações junto ao SIAFE/PI”; curso “Aspectos relevantes da nova de lei de licitação: as principais inovações nas contratações públicas”.

Elaboração do Plano Anual de Contratações, resultando na racionalização de recursos orçamentários e melhor utilização na aplicação de contratações de serviços e bens.

Virtualização de treinamentos, reduzindo gastos com passagens aéreas e diárias.

Reformas no 2º andar da sede centro Teresina (impermeabilização de varanda e outros), em prédio tombado em Parnaíba, em Simões, em União, nas 39ª e 40ª Promotoria de Justiça de Teresina e no NUPAR.

Reuniões periódicas com os Coordenadores da área-meio para alinhamento das ações de contratação, resultando em eficácia na execução do orçamento.



PROJETOS EM EXECUÇÃO

NOME DO PROJETO	GERENTE
Gestão de Custos do MPPI	Maurício Gomes de Souza/ Cleriston De Castro Ramos (APG)

Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada

Capacitações sobre sistemas e ferramentas utilizadas pelos usuários internos e externos, tais como: SEI, SIMP, Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), e Inova.

Capacitação sobre o Manual para Promotorias de Justiça com atuação na defesa do consumidor e Treinamento de digitalização e virtualização de Procedimentos Extrajudiciais nas Promotorias de Justiça.

Elaboração e envio de documentos modelos aos fiscais de contratos, aos aderentes de Atas de Registro de Preços (outros órgãos) e às unidades requisitantes pela Coordenadoria de Licitações e Contratos.

Elaboração de minuta de ato acerca de convênios.

Desenvolvimento do Procon BI: Através dos painéis "Rede Procon" e "produtividade" é possível, por exemplo, aferir com mais facilidade se a Rede de Promotorias vem alimentando o SIMP na forma prevista pelo Ato PGJ PROCON nº 04/20. Além disso, o painel de produtividade é compartilhado com todos os servidores do Procon. Assim, o servidor pode conhecer em tempo real a sua própria produtividade e dos seus colegas, servindo de estímulo para que todos façam sua parte em prol do objetivo comum.

Elaboração e implantação da base de conhecimento dos tipos de procedimentos do Sistema SEI-MPPI.

Mapeamento de 119 de 141 tipos de procedimentos administrativos contantes do cronograma para implantação da base de conhecimento do SEI-MPPI, o equivalente a 84%.



PROJETOS EM EXECUÇÃO

NOME DO PROJETO	GERENTE
Oficinas Regionais De Gestão De Procedimentos Extrajudiciais Cíveis E Criminais	Luciano Lopes Nogueira Ramos/ Plínio Fabrício De Carvalho Fontes/Teresinha De Jesus Marques (CAOCRIM/CACOP/CEAF)

Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional

Lançamento da Rádio MPPI, com programas diários de notícias sobre a atuação do MPPI.

Elaboração de Cartilha de Serviços e Benefícios Socioassistenciais para pessoa idosa em Teresina-PI.

Dilulgação de atuações ministeriais em diversos canais de comunicação tais como: diário eletrônico do MPPI, *site* institucional (893 matérias publicadas), Instagram (2072 postagens com alcance de 874.710 pessoas e 65.105 interações e curtidas), Facebook (512 postagens com alcance de 144.601 pessoas e 9634 curtidas), Twitter, Rádio MPPI, programa televisivo MPTV (44 edições) e canal MPPI Oficial no YouTube (3217 inscritos com 112 vídeos publicados e 34.491 visualizações), além de 46 campanhas desenvolvidas, 62 eventos promovidos e 1.504 atendimentos à imprensa, por meio da Coordenadoria de Comunicação Social.

Implantação do Projeto Ouvidoria Itinerante, que visa atingir o público que ainda não conhece a Ouvidoria e que tem dificuldade em se deslocar para a sede do MPPI, além de coletar as principais demandas de cada cidadão e em cada região, permitindo ouvir a população local sobre manifestações, críticas, elogios e outras demandas, conhecendo a realidade de cada local, proporcionando uma maior aproximação do MPPI com o cidadão.

Diversos canais de atendimento disponibilizados pela Ouvidoria, tais como: formulário eletrônico, aplicativo MPPI Cidadão, *chat on-line*, *e-mail*, atendimento telefônico, aplicativo MPPI COVID, atendimento presencial, ofício e correspondência escrita.

Criação de informativos institucionais digitais com divulgação em todos os canais de comunicação oficiais.

- Acessibilidade dos dados financeiros, apresentando demonstrativos de forma que seja compreendido para todos os públicos.

- Comunicação, via e-mail da Coordenação CCF, para membros e servidores sobre pagamentos de direitos, como diárias, suprimentos de fundos e Parcela Autônoma de Equivalência – PAE.

PROJETOS EM EXECUÇÃO

NOME DO PROJETO	GERENTE
Diálogo com o Ouvidor	Teresinha de Jesus Moura Borges Campos (Ouvidoria)

Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho

Realização dos seguintes treinamentos: Oficinas “Planejamento Pessoal” e “Constelação Familiar e Postura Sistêmica na vida pessoal e profissional: da teoria à prática”; palestra virtual “Noções Básicas de Primeiros Socorros” e cursos “Liderança no Serviço Público”, “Medidas de Proteção contra Incêndios”.

Desenvolvimento do plano de ação para implantação do projeto gestão por competências.

Criação do Café Filosófico na Coordenadoria de Licitações e Contratos, onde são realizados encontros quinzenalmente para alinhamento das ações da equipe de forma a evitar a solução de continuidade em contratos e mantendo o equilíbrio mental entre a equipe.

Realização de reformas, possibilitando um ambiente de trabalho mais agradável.

Realização das seguintes campanhas e eventos: “Janeiro Branco”, “Nós cuidamos uns dos outros” (prevenção da Covid-19), “Setembro Amarelo”, “Outubro Rosa”, “Novembro Azul” e “Semana do MP”.

DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA “BEM VIVER NO MPPI”, DENTRO DO QUAL FORAM DESENVOLVIDOS OS SEGUINTE PROJETO.

1.

SQVT em casa: criação de grupo de *WhatsApp* com o objetivo de transmitir informações e atividades com prevenção e promoção a saúde e qualidade de vida no trabalho a estagiários, servidores e membros que compõe o MPPI. Número de participantes: 1.911. Percentual de satisfação com as informações transmitidas: 100%;

2.

Bate Papo com especialista: Momento com exposição dialogada abrangendo alguma temática específica que seja pertinente ao momento. Número de participantes: 799. Percentual de satisfação: 100%;

3.

Momento de Equilíbrio: Momento proporcionado a todos que compõe o MPPI com objetivo de promover técnicas de relaxamento, meditação. Número de participantes: 364. Percentual de satisfação: 100%;

4.

Ginástica Laboral: atividade proporcionada a todos que compõe o MPPI com objetivo de melhorar a saúde e evitar lesões dos funcionários por esforço repetitivo e algumas doenças ocupacionais. Número de participantes: 224. Percentual de satisfação: 50%.

5.

Atendimento psicológico: atividade proporcionada a todos que compõe o MPPI com objetivo de prevenir quadros psicológicos. Número de participantes: 111. Percentual de satisfação: 80%.

6.

Roda de Conversa: atividade proporcionada a todos que compõe o MPPI com objetivo de explanar temáticas que sejam pertinentes no âmbito da saúde mental. A atividade é conduzida pelo setor de psicologia do MPPI. Número de participantes: 286. Percentual de satisfação: 100%.

- Execução do Projeto “Encontro com a Leitura”, que tem como um dos objetivos favorecer práticas aptas a promover saúde e qualidade de vida aos membros e servidores, vez que a leitura é fonte de saúde mental e equilíbrio emocional. No ano de 2021 foram realizados 10 encontros mensais.

- Realização da 1ª edição do prêmio “Servidor que Inspira”, que tem como objetivo identificar e reconhecer a atuação inspiradora dos servidores do MPPI. O evento de premiação ocorreu no dia do Servidor Público, sendo premiados 03 servidores de cada categoria a seguir:

- I - Incentivo e atuação no trabalho em equipe;
- II - Criatividade e inovação;
- III - Ações/soluções que geraram resultados significativos para o setor ou para a instituição.

PROJETOS EM EXECUÇÃO

NOME DO PROJETO	GERENTE
Encontro com a Leitura	Viviane Maria De Padua Rios Magalhaes / Zelia Beatriz Moraes Fernandes Sobral / Nina Araujo Melo Leal (CEAF)
Projeto Prêmio Servidor que inspira	Cleandro Alves de Moura (PGJ)
Programa Bem Viver no MPPI	Gabriele Mesquita de Carvalho (SQVT)

Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras

Disponibilização de treinamentos da plataforma em nuvem já contratada pelo MPPI (*Office 365*).

Disponibilização de aplicativos integrados ao Teams para as Subprocuradorias Administrativa e Jurídica, a fim de acompanharem processos e atividades, possibilitando uma gestão completa.

Ação de construção de sistemas utilizando a linguagem *low code* para a gestão de atividades em unidades administrativas do MPPI.

Início de atualização do Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP 3), ferramenta utilizada para o controle dos protocolos judiciais e extrajudiciais não-administrativos que tramitam na instituição.

Execução do Projeto “Combate à lavagem de dinheiro por organizações criminosas”, no qual foi desenvolvido o Sistema de Monitoramento de Organizações Criminosas Violentas – SISMOV pelo GAECO, que possibilitará realizar o mapeamento das facções e respectivos faccionados que atuam no Estado do Piauí.

Aquisição de Equipamentos BIM (Modelagem de Informação da Construção), com a devida capacitação de servidores e estagiários, com o intuito de atualização tecnológica de equipamentos utilizados pelas Assessorias de Engenharia Civil e Arquitetura.

Iniciado um estudo para implantação de um sistema de solicitação de veículos, via aplicativo desenvolvido pela própria equipe de TI do MPPI, de forma a modernizar a gestão de veículos, bem com o redução de custos com a possível diminuição de deslocamentos.

Iniciadas tratativas para contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos e serviço de Telefonia Fixa Comutada IP, com estrutura de Comunicações Unificadas e PABX em Nuvem e para contratação de serviço de rastreamento de veículos do MPPI.

Ação de implantação de painéis de *Business Intelligence (BI)* para a gestão e execução do orçamento.

PROJETOS EM EXECUÇÃO

NOME DO PROJETO	GERENTE
Cadeia de custódia do MPPI	Cláudio Roberto Pereira Soeiro (GAECO)
MPPI Sempre Presente no atendimento à mulher em situação de violência - Pró-Mulher: protocolo único de atendimento à mulher	CAOCRIM/NUPEVID
Combate à lavagem de dinheiro por organizações criminosas	Cláudio Roberto Pereira Soeiro (GAECO)

RECONHECIMENTO

Prêmio “Servidor que inspira”

O prêmio “Servidor que Inspira”, foi instituído pelo Ato PGJ nº 1037/2020 e tem como objetivo identificar e reconhecer a atuação inspiradora dos servidores do MPPI.

No ano de 2021 foi realizada sua 1ª edição, através da publicação do EDITAL PGJ/PI nº 33/2021, em 27/08/2021.

O evento de premiação ocorreu no dia do Servidor Público, sendo premiados 03 servidores de cada categoria e resultado a seguir:

I - Incentivo e atuação no trabalho em equipe;

II - Criatividade e inovação;

III - Ações/soluções que geraram resultados significativos para o setor ou para a instituição.

INCENTIVO E ATUAÇÃO NO TRABALHO EM EQUIPE

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	SETOR
1ª: Jayane Francisca Estevão Barbosa	1ª Promotoria de Justiça de Picos-PI
2ª: Aline Ferreira de Sousa	15ª Promotoria de Justiça de Teresina - PI
3ª: Roberta Passos Rocha	25ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI

CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	SETOR
1ª: Ana Luisa Souza Arraes de Resende	14ª Promotoria de Justiça - Júri
2º: Antonio de Deus Silva	Coordenadoria de Recursos Humanos
3ª: Shaianna da Costa Araújo	Coordenadoria de Comunicação Social

AÇÕES/SOLUÇÕES QUE GERARAM RESULTADOS SIGNIFICATIVOS PARA O SETOR OU INSTITUIÇÃO

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	SETOR
1ª: Ana Luiza Masstalerz Pires Aragão	5ª Promotoria de Justiça de Picos-PI
2º: Huggo Gomes da Rocha	15ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI
3º: Danilo Leoni Guedes Nogueira	1ª Promotoria de Justiça de Corrente-PI

MPPI REALIZA EVENTO EM ALUSÃO AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO



28/10/2021

Prêmio CNMP 2021

O Prêmio CNMP é instrumento de reconhecimento de programas e projetos dos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro, alinhados ao Mapa Estratégico Nacional e que contribuem para o aperfeiçoamento da Instituição e dos serviços prestados à sociedade. Só podem participar desta premiação os programas e projetos cadastrados no Banco Nacional de Projetos (BNP). Em 2021, inscreveram-se 16 projetos, dos quais 15 foram pré-habilitados para concorrer ao Prêmio CNMP 2021.

A cerimônia de premiação ocorreu no dia 14/10/2021, tendo o Programa “Reeducar: o homem no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher”, idealizado, gerenciado e executado pelo Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (Nupevid/MPPI) – 10ª Promotoria de Justiça de Teresina; ganhado o 2º lugar na categoria “Diálogo com a sociedade”, além de ter sido contemplado com o selo “Respeito e Diversidade” do CNMP.

Programa “Reeducar”, do Nupevid/MPPI, conquista 2º lugar no Prêmio CNMP 2021



14/10/2021

Prêmio Melhores Práticas

O prêmio “Melhores Práticas do MPPI”, foi instituído pelo Ato PGJ nº 1025/2020, destinado a estimular, reconhecer e premiar boas experiências relacionadas à atuação institucional, finalística ou estruturante, que promovam projetos, práticas e campanhas inovadoras, em defesa da sociedade e do aprimoramento da atividade ministerial.

No ano de 2021, foi realizada sua 5ª edição, através da publicação do EDITAL PGJ/PI nº 37/2021, em 29/09/2021.

O evento de premiação ocorreu no dia 16/12/2021, sendo premiadas 03 práticas de cada categoria a seguir:

- I – Categoria Práticas Inovadoras;
- II – Categoria Projetos Inovadores;
- III – Categoria Campanhas Inovadoras.

PRÁTICAS INOVADORAS

NOME DA PRÁTICA	UNIDADE	NOME DO RESPONSÁVEL
1ª: Elaboração de Relatórios Unificados de audiência e processos criminais visando o aprimoramento da persecução penal pela 2ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI	2ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI	Promotora de Justiça Rita de Fátima Teixeira Moreira e Souza
2ª: Grupo de Trabalho coordenado pelo Ministério Público para garantir uma vacinação transparente e com critérios objetivos	29ª Promotoria de Justiça de Teresina	Promotor de Justiça Eny Marcos Vieira Pontes
3ª: Acesso pelos membros do MPPI ao Banco de Laudos “Amplio” do Instituto de Criminalística, por meio do BID (Busca Integrada de Dados do MPPI)	GACEP	Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa de Oliveira

PROJETOS INOVADORES

NOME DO PROJETO	UNIDADE	NOME DO RESPONSÁVEL
1º: MPPI sempre presente em defesa da vida: ações ministeriais em face da COVID-19	24ª Promotoria de Justiça de Teresina	Promotora de Justiça Carmelina Maria Mendes de Moura
2º: Meia-entrada solidária: divirta-se fazendo o bem!	32ª Promotoria de Justiça de Teresina	- Promotora de Justiça Maria das Graças do Monte Teixeira - Servidor Breno Mayr Santos Resplandes
3º: Perfil de pesquisa no SINESP PPE para os membros do MPPI	GACEP	Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa de Oliveira

CAMPANHAS INOVADORAS

NOME DA CAMPANHA	UNIDADE	NOME DO RESPONSÁVEL
1ª: O direito de aprender permanece: sempre é tempo de buscar, cuidar, aprender, permanecer na escola	2ª e 3ª Promotorias de Justiça de Picos	Promotores de Justiça Itanieli Rotondo Sá e Antônio César Gonçalves Barbosa
2ª: Elas cuidam da mente	10ª Promotoria de Justiça de Teresina	Promotora de Justiça Maria do Amparo de Sousa Paz
3ª: Disseminação da participação popular nas políticas públicas	2ª Promotoria de Justiça de José de Freitas	Promotor de Justiça Flávio Teixeira de Abreu Júnior

Prêmio: Melhores Práticas



16/12/2021



Procuradoria-Geral de Justiça:

Rua Álvaro Mendes, 2294, Centro, Teresina/PI, CEP 64000 060



www.mppi.mp.br



@mppioficial



Ouvidoria: 127